



A INDUSTRIALIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM BARRA MANSA: Aspectos e conflitos socioespaciais e ambientais nos processos de desenvolvimento do Vale do Paraíba Fluminense.

Autores:

Daniele Helena Leão - UFRRJ - leao.helena@gmail.com

Denise de Alcântara Pereira - UFRRJ - denisedealcantara@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho visa analisar os processos de desenvolvimento na Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, no Rio de Janeiro, e seus rebatimentos na produção do espaço urbano no município Barra Mansa. Em um primeiro momento, adota-se como enfoque teórico a fundamentação conceitual a respeito do tema desenvolvimento e seus desdobramentos. A seguir, é analisado o contexto da microrregião, tendo como foco o processo de consolidação do desenvolvimento urbano, utilizando como recorte temporal a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941. Por fim, esse processo culmina na constatação de que o município de Barra Mansa se configura como um espelho dos variados paradigmas de desenvolvimento adotados pelo poder público e privado, com reflexos representativos sobre seu território.

A INDUSTRIALIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM BARRA MANSA:

Aspectos e conflitos socioespaciais e ambientais nos processos de desenvolvimento do Vale do Paraíba Fluminense.

RESUMO

O presente trabalho visa analisar os processos de desenvolvimento na Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, no Rio de Janeiro, e seus rebatimentos na produção do espaço urbano no município Barra Mansa. Em um primeiro momento, adota-se como enfoque teórico a fundamentação conceitual a respeito do tema desenvolvimento e seus desdobramentos. A seguir, é analisado o contexto da microrregião, tendo como foco o processo de consolidação do desenvolvimento urbano, utilizando como recorte temporal a implantação da CSN. Por fim, esse processo culmina na constatação de que o município de Barra Mansa se configura como um espelho dos variados paradigmas de desenvolvimento adotados pelo poder público e privado, com reflexos representativos sobre seu território.

Palavras-chave: desenvolvimento local; Vale do Paraíba; espaços públicos.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século vinte, as cidades brasileiras vivenciam um processo de adensamento populacional, refletido diretamente nas ocupações desordenadas e na verticalização das cidades. Tais processos transformam as áreas urbanas, rurais e periurbanas, levando a perda de elementos naturais e, ou, culturais, bem como na precarização dos espaços públicos repercutindo diretamente na transformação do território (SILVA, A. et al., 2007). Em alinhamento com o pensamento de Carrión (2007, p. 79), entendemos o espaço público como um “componente fundamental para a organização da vida coletiva (integração, estrutura) e a representação (cultura, política) da sociedade que faz sua razão de ser na cidade e é um dos direitos fundamentais das pessoas na cidade”. Sua função maior é conferir sentido e forma ao cotidiano e ao coletivo, sendo seu elemento de representação.

Diante disso, o objetivo principal desse trabalho é compreender, por meio de levantamento histórico, como o processo de industrialização influenciou a transformação do território barramansense, na perspectiva da teoria da concepção do espaço como produto social, apresentada por Lefebvre:

o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produto, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. (LEFEBVRE, 2006, p. 07)

Cabe aqui determinar as distinções entre espaço e território, este formado a partir do espaço, a partir das ações de apropriação e domínio que revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993). Consideramos aqui território como produto e produtor das relações homem-natureza ao longo das diversas temporalidades. Na medida em que aos modos de produção da sociedade se modificam, a própria sociedade se transforma (seus agentes sociais, políticos, físicos, geográficos, as relações de poder, dentre outros).

Logo, a relevância desse trabalho pode ser considerada de primeira ordem, pois entendemos que ao estudar e compreender com abrangência os processos de formação do território é possível contribuir de forma assertiva na geração de bases para o desenvolvimento de políticas públicas capazes de conduzir a região a um desenvolvimento humano, político e social. Assim, torna-se relevante a análise macro dos aspectos econômicos que levaram ao desenvolvimento territorial da Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, bem como as novas demandas do desenvolvimento local, tendo como marco temporal a implantação da Cia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941.

O entendimento dos processos de industrialização e urbanização que influenciaram a formação do espaço urbano do município de Barra Mansa, localizado no Vale do Paraíba, torna pertinente ainda a análise desse espaço produzido com base no conceito de justiça ambiental, que, “implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas” (ACSELRAD, et al, 2009, p. 16). Seguindo essa ótica, nos atentamos também para as questões referentes a legislação urbanística e o seu reatamento no território, tendo como base a perspectiva abordada por Rolnik (1999), em que:

mais do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regular o desenvolvimento de cidade, a legislação urbana atua como linha demarcatória, estabelecendo fronteiras de poder[...] assim, a legislação atua como um forte paradigma político-cultural, mesmo quando fracassa na determinação, na configuração final da cidade. (ROLNIK, 1999, p. 1)

Metodologicamente, o presente estudo se organiza em duas partes. A primeira consta de revisão bibliográfica, visando uma breve retomada das noções relacionadas a desenvolvimento regional e desenvolvimento local. A segunda parte compreende a contextualização e análise do objeto de estudo, através de revisão bibliográfica e documental, apresentando o rebatimento das políticas de desenvolvimento adotadas, tendo como base o aporte teórico apresentado. Dessa forma, empregamos o método de triangulação entre: - documentos oficiais, - modos de produção e - forças e relações de produção, propriedade dos meios de produção e classes sociais (TRIVIÑOS, 1987, p. 140). Ao final, ponderamos se a região estudada se configura como um espelho dos modelos de desenvolvimento adotados no Brasil, passando do desenvolvimento regional, com forte intervenção estatal à nova demanda de crescimento endógeno.

PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO NA MICRO-REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE

Percebemos ao longo das diversas temporalidades que o termo desenvolvimento vem assumindo padrões cada vez mais voltados para a ideia de bem-estar da população. Tal expressão ganha notoriedade após a Segunda Guerra Mundial e seu surgimento é comumente associado ao discurso de posse do então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, em 1949, ao se referir a “áreas subdesenvolvidas”, o que fez com que o mundo se dividisse entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (BELLINGIERI, 2017). Nessa ótica, desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico e os países considerados desenvolvidos seriam os países industrializados, urbanizados, com economia forte; sendo esse o ideal a ser alcançado pelos países subdesenvolvidos.

Desde então, a noção de desenvolvimento passa por mudanças que refletem os anseios da sociedade. Podemos destacar o surgimento do paradigma do desenvolvimento sustentável, que eclode após a Conferência de Estocolmo em 1972; bem como o paradigma do desenvolvimento humano, reforçado pela criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na década de 1990, sendo esse o indicador utilizado para medir o índice de desenvolvimento de uma nação, que passou a ser amplamente aceito por considerar os indicadores referentes a renda, saúde e educação em seu cálculo.

Mais recentemente, discutem-se novas formas de se medir o desenvolvimento de uma nação. Bellingieri (2017) afirma que os indicadores objetivos (o PIB, o IDH) não são suficientes sob a ótica da qualidade de vida e satisfação da população e propõe sua substituição por indicadores subjetivos, voltados para medir o bem-estar da nação. Alguns países já começaram a mensurar seu desenvolvimento a partir do bem-estar da população, como Butão, a saber, com o seu FIB – Felicidade Interna Bruta. O autor reforça que o surgimento de um novo paradigma de desenvolvimento não resulta na substituição do anterior, pelo contrário, os variados padrões de desenvolvimento coexistem. A noção de desenvolvimento se molda a partir da visão do observador, o que muda é a sua aceitabilidade nos diversos meios: acadêmico, político, popular e econômico. Para o autor, o surgimento de novos paradigmas do desenvolvimento é reflexo da evolução teórica do

pensamento político-econômico, estando presente já nas teorias dos economistas clássicos sob as ideias de riqueza, produção, crescimento e progresso.

O modelo de crescimento clássico predominou até meados do século vinte. Nesse cenário o desenvolvimento regional se confundia com o desenvolvimento nacional. Baseados na concepção do desenvolvimento como resultado da industrialização e urbanização surgem estratégias baseadas na política Keynesiana, com forte presença do Estado, priorizando investimentos públicos estruturais capazes de impulsionar a industrializações de determinada região. A partir da década de 1950, as preocupações com os problemas regionais começam a emergir, surgindo assim dois eixos de análise econômica: as teorias clássicas da localização e as teorias do desenvolvimento regional. Gorenstein (2015) crítica o conceito de região adotado pelas políticas de planejamento, concebido como “recorte oportuno”, que por sua vez reproduz a desigualdade nos espaços subnacionais. A questão espacial era tida como simples ordenamento territorial, não levando em consideração os atores sociais, a heterogeneidade, as dinâmicas e as vocações do local. Breitbach (1988) em sua tese ressalta a imprecisão do conceito, muitas vezes delimitadas de acordo com a necessidade do pesquisador. Assim, as teorias de desenvolvimento regional teriam como elemento comum:

a existência de uma atividade econômica líder que propaga seu dinamismo para os demais setores da economia, gerando o crescimento. Trata-se do paradigma de cima para baixo, ou centro-abaixo, baseado numa força externa, exógena, que se instala na região e dá origem ao desenvolvimento. (BELLINGIERI, 2017, p. 12)

Aqui o desenvolvimento tem como característica fatores exógenos, o desenvolvimento regional, é pensado em termos de desenvolvimento nacional, tendo o espaço local a importância reduzida de suporte para o desenvolvimento nacional. Porém, nas últimas décadas do século passado o conceito de desenvolvimento local começa a ganhar força, surgindo o paradigma de desenvolvimento endógeno que se origina dos aspectos intrínsecos ao local, ao lugar, ao território, considerando suas potencialidades para conectar-se ao sistema econômico global, não sendo definido pelo mercado global ou pelas políticas de planejamento do território (BELLINGIERI, 2017).

Nesse sentido, Gorenstein enfatiza o local como o “lugar de encontro entre agentes y actores económicos” (2015, p.10), passando a possuir a centralidade dos processos decisórios bem como a capacidade para controlar e interiorizar os conhecimentos externos, visando um desenvolvimento autossustentável. Assim o território é entendido como:

um agente de transformação e não mero suporte dos recursos e das atividades econômicas, uma vez que há interação entre as empresas e os demais atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade. (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 39)

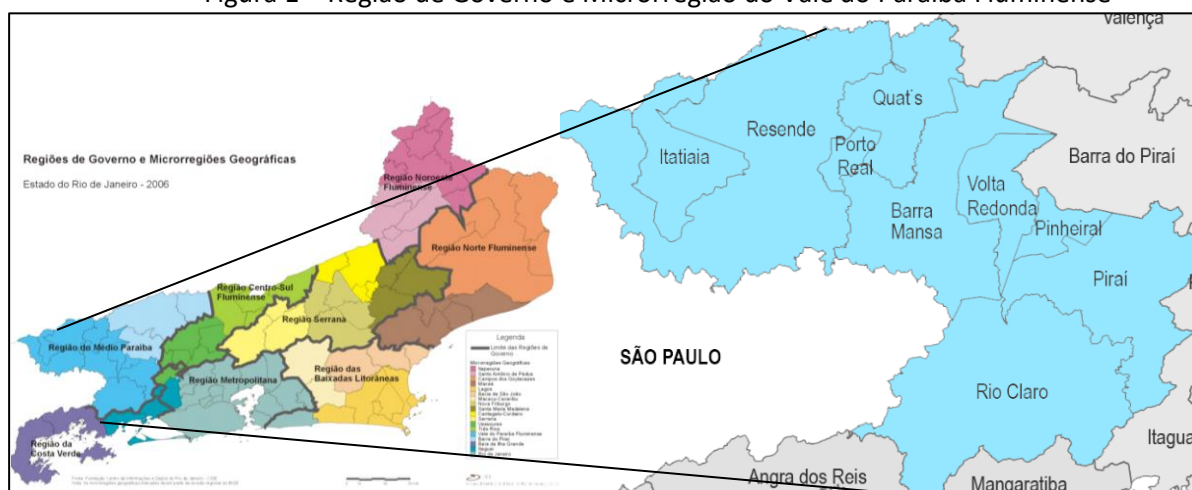
No cenário brasileiro, a partir dos anos 2000, a adoção do conceito de desenvolvimento endógeno resulta na criação de políticas voltadas para o desenvolvimento local, dentre elas destaca-se a criação de Arranjos Produtivos Locais (APL) e o surgimento do

planejamento estratégico urbano. A redução da intervenção estatal, confere às cidades poder decisório, estimulando a competitividade entre si (BELLINGUIERI, 2017).

Nesse contexto, consideramos que desenvolvimento local não é sinônimo de desenvolvimento municipal, pois o paradigma do desenvolvimento local (endógeno), não se restringe a uma escala geograficamente definida, mas a um território socialmente construído (SANTOS, 2005). O estudo do território de Barra Mansa torna essa questão presente e relevante para um maior aprofundamento, a partir de várias escalas de análise.

A Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense é formada pelos municípios de Rio Claro, Pirai, Pinheiral, Volta Redonda, Barra Mansa, Quatis, Porto Real, Resende e Itatiaia, e está inserida na Região de Governo do Médio Paraíba (Fig. 1). Com uma localização estratégica, devido a sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro e São Paulo, a região é servida por uma extensa malha ferroviária e rodovias que a conectam, além dos municípios fluminenses, com São Paulo e Minas Gerais, destacando-se a rodovia Presidente Dutra (BR-116) e a BR-393, além da RJ-155.

Figura 1 – Região de Governo e Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense



Fonte: CIDE, 2004, apud BENTES, 2010. Modificado pelas autoras.

A região se desenvolveu se adaptando aos diversos ciclos econômicos: do auge ao declínio da produção cafeeira, passando pela pecuária leiteira, até se consolidar como polo industrial. Segundo dados do CEPERJ, a região é a mais industrializada do Estado do Rio de Janeiro depois da Região Metropolitana, sendo o eixo Volta Redonda - Barra Mansa - Resende o mais significativo.

A busca pelo desenvolvimento da região foi pautada na industrialização, por sua vez impulsionada pelo Estado por meio da adoção de estratégias baseadas na política keynesiana. A implantação, pelo Estado, da Cia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, no então município de Barra Mansa¹, foi o impulso necessário para a criação na região de um polo de crescimento. Investimentos públicos de caráter estrutural, como a criação da Rodovia Presidente Dutra, inaugurada em 1951, garantiram a infraestrutura necessária para

¹ A região onde se encontra a CSN foi emancipada de Barra Mansa em 1954, criando assim o município de Volta Redonda.

a concentração de indústrias na região. Entretanto, tais investimentos não foram acompanhados por um planejamento urbano assertivo. Nesse sentido, em nosso entendimento, o desenvolvimento da região acaba por se confundir com desenvolvimento nacional.

A industrialização, bem como os investimentos, ficaram concentrados nos municípios de Volta Redonda e Barra Mansa, o que fez com que se criasse uma relação de centro-periferia com as cidades da região (BENTES, 2010). O polo de crescimento desenvolvido no local chegava a influenciar, para além da Região do Médio Paraíba, cidades dos estados de Minas Gerais e São Paulo. O acelerado crescimento populacional do local provocou a conurbação dos dois municípios. Ainda hoje, de acordo com dados do CEPERJ (2012), o local exerce influência direta sobre a região (Fig. 02).

Figura 2 – Imagem de Satélite: Conurbação entre Barra Mansa e Volta Redonda.



Fonte: Google Earth. Modificado pelas autoras

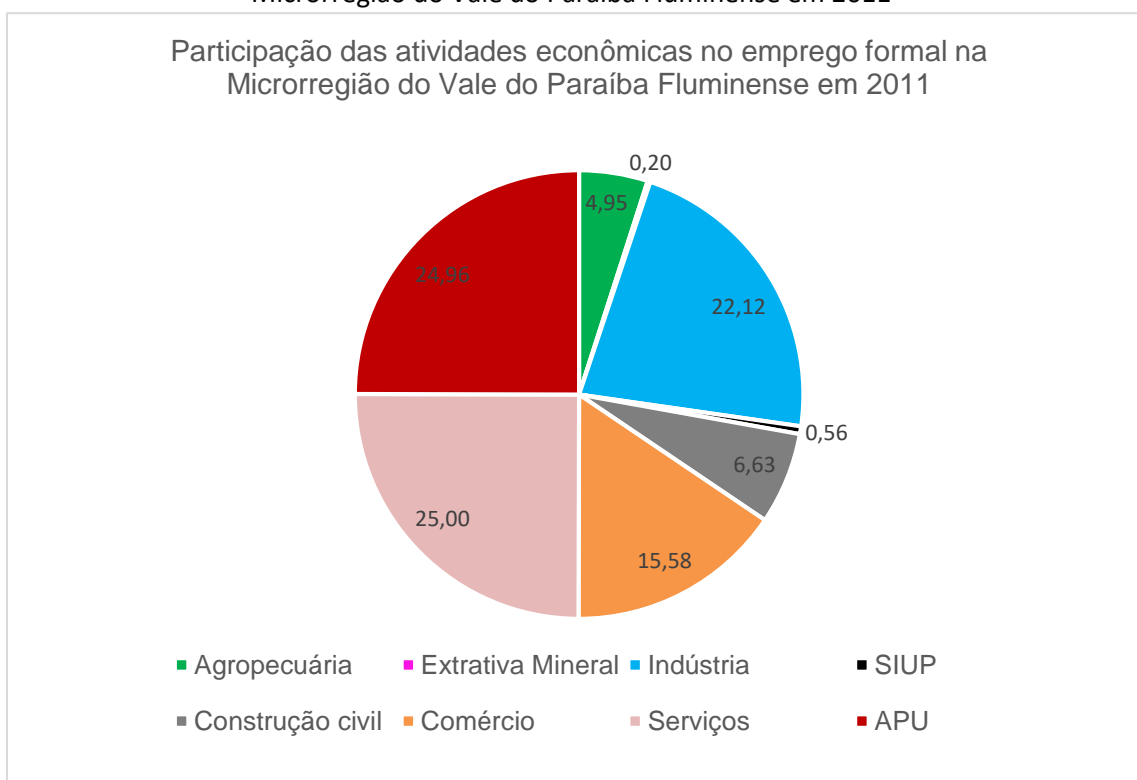
A industrialização é o indutor da urbanização da região, definindo o padrão de ocupação do território, que passa a ser destino de fluxos migratórios vindos principalmente da zona rural, que se estabelecem nos municípios de Barra Mansa e Volta Redonda. Segundo Bentes (2010), com a privatização da CSN, em 1993, ocorre uma dispersão espacial, resultado também de uma nova reestruturação produtiva instaurada pela implantação, em Resende, da fábrica de caminhões e ônibus da Volkswagen, em 1995. Começa assim a criação de um polo automobilístico na região, compreendido nos municípios de Resende, Porto Real e Itatiaia, que conta hoje com fábricas das montadoras Peugeot-Citroën (2000), BMB Mode Center (2001), Nissan (2014), Jaguar Land Rover (2016), entre outras.

Nesse período, as políticas de desenvolvimento regional exógeno abrem espaço para a articulação local. Ressalta-se, que a redução da intervenção do Estado na economia, através da adoção de uma política neoliberal, em meados da década de 1990, faz com que os municípios adquiram maior liberdade, passando a competir entre si para receber os investimentos de capital privado. Nesse contexto, surge o planejamento estratégico voltado para garantir a competitividade de determinado município frente aos demais, o que resulta

na dificuldade de integração regional (BENTES, 2010). Os municípios da microrregião passam a competir pelos investimentos de capital privado.

O dinamismo produtivo da região consolida uma cadeia de setores interligando o eixo Volta Redonda - Barra Mansa - Resende. A industrialização trouxe para a região a circulação de capital financeiro e tecnológico; os investimentos em educação são reforçados com a implantação de universidades públicas e particulares; escolas profissionalizantes do Sistema S2 voltadas ao aperfeiçoamento e capacitação de mão de obra foram implantadas. A região atrai novas atividades econômicas, como comércio, serviços, construção, entre outras. Isso reforça a ligação direta do desenvolvimento com a industrialização. No entanto, destacamos ainda a importância dos outros setores da economia para o desenvolvimento da região: principalmente o de serviços, administração pública (APU) e comércio. Atualmente, o processo de industrialização se encontra consolidado e os demais setores assumem papel importante na continuação do desenvolvimento regional. No gráfico abaixo (Fig. 3) é possível analisarmos o papel dos variados setores na geração de emprego formal, onde a atividade industrial, outrora a maior geradora de empregos na microrregião, cedeu lugar às atividades terciárias (BENTES, 2010).

Figura 3 – Gráfico Demonstrativo da Participação dos Setores Econômicos no Emprego Formal da Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense em 2011



Fonte: CEPERJ, 2012. Elaborado pelas autoras.

² Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).

Novas dinâmicas socioeconômicas estão moldando e redefinindo o território e a região passa a fomentar, a partir da década de 2000, um capital empreendedor baseado em inovação e tecnologias. Entretanto, ainda se faz necessário o incentivo de políticas públicas voltadas a estimular a vocação local para o desenvolvimento.

A presente contextualização lançou mão de uma delimitação geográfica determinada por órgãos de pesquisa como o IBGE e o CEPERJ. Ressaltamos que tal delimitação homogeneiza o território, desconsiderando suas dinâmicas variadas, sua heterogeneidade e seus atores sociais locais. Assim, discorremos, a partir daqui, sobre as transformações do espaço urbano e periurbano de Barra Mansa, influenciado pelo desenvolvimento regional destacando aspectos sócio-espaciais e ambientais.

TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Entendemos que a cidade é produto das relações homem-natureza ao longo das diversas temporalidades, o que resulta em espaços sob constante processo de transformação. Nesse sentido, para abordar de forma abrangente o espaço urbano e periurbano de Barra Mansa é necessário compreendermos como se deu sua transformação ao longo dos diversos períodos econômicos e sociais. Seguimos, assim, a metodologia proposta por Lefebvre (1974, p.11) com “um estudo para trás do espaço social” a partir do presente, para realizar em seguida o “retorno sobre o atual”. Logo, utilizaremos um recorte temporal específico que compreende o início da industrialização no município na década de 1930.

Localizado na porção sul do estado do Rio de Janeiro, na microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, o município possui localização estratégica e é servido por uma extensa malha ferroviária e de rodovias que o conectam, aos municípios fluminenses vizinhos e às regiões metropolitanas de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, destacando-se como eixos principais de escoamento de produção a rodovia Presidente Dutra e a BR-393, além da RJ-155.

Barra Mansa se estende por uma área total de 547.196Km², dos quais cerca de 360 km² são designados área rural, ou seja, cerca de 35% é designado como espaço urbanizado (IBGE, 2016). Dessa forma, a divisão territorial, de acordo com o Plano Diretor de 2006, é constituída pelo Perímetro Urbano, que engloba o Distrito Sede Barra Mansa; e pelo Perímetro Rural, composto pelo 2º Distrito de Floriano, o 3º Distrito de Rialto, o 4º Distrito de Nossa Senhora do Amparo, o 5º Distrito de Antônio Rocha e o 6º Distrito de Santa Rita de Cássia (Fig. 4).

Figura 4 – Barra Mansa: Divisões Administrativas – 2011



Fonte: Acervo da PMBM.

Assim como vários outros municípios brasileiros, Barra Mansa tem o Rio Paraíba do Sul como eixo indutor de sua ocupação. Elemento natural da paisagem, o Rio determina o início do povoamento de Barra Mansa assim como ocupação de toda a região.

A implantação da malha ferroviária no município remete ao auge da produção cafeeira no Vale do Paraíba Fluminense, em 1871, quando Barra Mansa passa a estocar a produção de café de diversos municípios, para então escoá-los rumo ao Rio de Janeiro. O caráter ferroviário que Barra Mansa adquire ao longo dos tempos, possibilita sua adequação frente aos diversos momentos econômicos e sociais desde a abolição da escravatura: café, pecuária leiteira e industrialização. Ressalta-se aqui as indicações de adequação a uma nova fase econômica direcionada à industrialização, resultando assim na capacidade de adaptação do espaço social frente às novas demandas da sociedade:

Abatida com a Abolição, e aos poucos se reerguendo com a pecuária e os laticínios, Barra Mansa endereça atualmente os passos firmes para uma pujante economia, através de grandes iniciativas industriais que se articulam (LAMEGO, 1963, p. 125).

A industrialização se consolida efetivamente somente na década de 1930, mas desde o início do século, Barra Mansa vai se adequando estruturalmente para abrigar as grandes companhias siderúrgicas. Já em 1910, a construção de uma usina hidrelétrica na fazenda Santo Antônio propiciou o abastecimento de energia elétrica para a iluminação pública e particular do município, além de possibilitar a implementação da primeira fábrica da cidade, a Fábrica de Fiação e Tecidos São José. Essa vocação já havia sido

Indicada, desde 1919, por Cincinato Braga, como a região ideal para o estabelecimento de indústrias siderúrgicas, não levou muito tempo para que se cumprisse seu vaticínio. [...]. Como era de se esperar, a existência dessas indústrias em seu território não levou muito tempo para transformar Barra Mansa em uma “Pittsburgh Fluminense” (ATHAYDE, 1971, p.26).

Com a chegada da energia elétrica se alteram as relações sociais e as demandas culturais na cidade. Essa nova dinâmica possibilita a inauguração do primeiro cinema na cidade, em 1910, e posteriormente, em 1915, a fundação do Barra Mansa Futebol Clube, consolidando a vida cultural e reforçando o orgulho cidadão (SALEM, 2014). Na mesma década, em 1914, é instalada a Prefeitura Municipal, já que, até então, a Câmara Municipal exercia os poderes legislativo e executivo.

O avanço da industrialização trouxe à Barra Mansa a infraestrutura requerida para o desenvolvimento urbano, assim, entre 1915 e 1930, a Cia. Rede Telefônica Bragantina se instala e opera na cidade, quando o serviço passa a ser prestado pela Cia. Telefônica Brasileira até a década de 1960. Outra importante empresa, instalada em 1922, é a *Light and Power* trazendo o serviço de iluminação elétrica (SALEM, 2014).

A bem-sucedida economia agrícola-pastoril garante à Barra Mansa posição de destaque como a principal região econômica do país. No entanto, nos anos 1930 a política ruralista é desfeita e o município, ponto de convergência de variados caminhos e ferrovias, inicia enfim, uma nova fase econômica (DE PAULA, 2009). Reconhecida como a maior bacia leiteira do Brasil no início da década de 1930, a cidade assegura a instalação das primeiras indústrias e fábricas de grande porte voltadas ao ramo alimentício (SALEM, 2016). Em 1932, é implantada a Indústria Moinho Fluminense S.A, destinada à fabricação de farinha de trigo, e, em 1937, a Cia. Industrial Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé), escolhe Barra Mansa para a implementação da sua primeira fábrica no país.

Devemos reconhecer que o impulso industrial ocorre graças ao entusiasmo do então presidente Getúlio Vargas em relação à siderurgia no Brasil, levando para o município importantes indústrias, com destaque para a Cia. Metalúrgica Barbará (1937) e a Siderúrgica Barra Mansa (1937). Em 1941, marcando o auge da industrialização brasileira, é inaugurada, no então distrito de Volta Redonda, a Cia. Siderúrgica Nacional (CSN).

Logo após, diversas outras plantas industriais se instalaram na região, como a DuPont do Brasil (1949, em grande parte, estimuladas pela oferta do minério de ferro que chegava a Barra Mansa pela Ferrovia Oeste de Minas, bem como pela possibilidade de

distribuição da produção para os três maiores centros urbanos, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (DE PAULA, 2009).

A consolidação da indústria gerou o aumento da circulação de capital no município, fato que se refletiu no comércio de rua. A boa fase econômica proporcionou uma posição de destaque entre as cidades da região. As antigas fazendas eram loteadas e configuravam os novos bairros, assim a industrialização foi sendo o indutor da urbanização barramansense. No entanto, ressaltamos que nas áreas periféricas, essa “urbanização” não foi acompanhada da infraestrutura básica, que em sua grande parte ficava concentrada no centro histórico, já consolidado.

Em uma sequência temporal, cabe destacar ainda que a década de 1950 foi marcada pelo início da política rodoviarista no Brasil, que possibilitou uma importante mudança do sistema viário brasileiro, onde aos poucos as ferrovias foram perdendo recursos para manutenção e melhorias, o que resulta na perda de sua utilização e influência. A Rodovia Presidente Dutra (BR-116) implantada em 1951, atravessou o município longitudinalmente, fato que norteou novas ocupações alterando significativamente a ocupação do território e a paisagem.

Neste contexto, a efetivação do município como um polo industrial traz uma nova fase de progresso e urbanização. O espaço social se modifica e Barra Mansa deixa de ter características predominantemente rurais. Os novos habitantes, que vêm em busca de ofertas de emprego nas indústrias, não se identificam mais com a história da cidade, e muitas vezes pouco sabem de sua natureza eminentemente rural. Assim, o município se transforma: novos edifícios são construídos e melhorias de infraestrutura e serviços efetuadas, sempre concentradas no Centro da cidade. Um exemplo é a Ponte Ataulpho Pinto do Reis, inaugurada em 1958, destinada principalmente aos veículos e ao transporte público que começam a compor a paisagem citadina, ligando o bairro Ano Bom, recém-loteado, ao Centro. Já em 1961 é fundada a SOBEU, Sociedade Barramansense de Ensino Superior (SALEM, 2014).

A década de 1950 é ainda marcada pela emancipação do distrito industrial de Volta Redonda, ocorrida em 1954, o que faz com que Barra Mansa saísse do foco de atenção do presidente Vargas. Logo, o município, que continuava a ser destino dos que saíam da zona rural em busca de trabalho, deixa de receber o incentivo do Estado para o planejamento. A margem esquerda do Rio Paraíba, já em processo de ocupação, começou a ser adensada, surgindo novos bairros margeando a Ferrovia Oeste de Minas. A construção das pontes ligando as margens do rio contribui para esse adensamento (DE PAULA, 2009).

Outros aglomerados urbanos surgem na década de 1960. O crescimento populacional acelerado e a não absorção completa da mão de obra recém-chegada a cidade, ocasiona o surgimento de assentamentos precários, situados às margens das afluentes do Paraíba do Sul, e também às margens do caminho primitivo que ligava o município a São Paulo e a Angra dos Reis (Fig. 5 e 6). A década de 1960 é marcada pelo declínio definitivo das ferrovias e as condições precárias de sua operação aos poucos afugentam os fretes para as rodovias nacionais (DE PAULA, 2009).

Figura 05: Foto de córrego a Céu aberto no bairro



Abelhas, em 1957.

Fonte: Acervo ABH

Figura 06: Córrego a céu aberto, bairro Vista

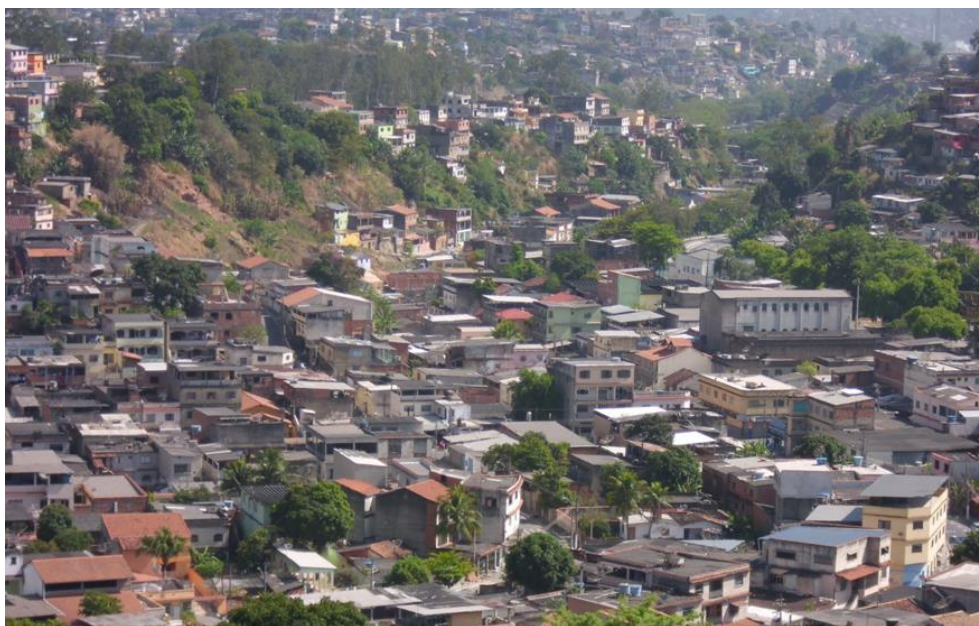


Alegre, 2016

Fonte: Google Street View. Acesso em outubro de 2018

A década de 1970 é marcada pelo programa de desenvolvimento nacional, que prevê a construção de uma nova e moderna ferrovia, ligando Belo Horizonte a São Paulo, em uma tentativa de reafirmar a importância da região, mantendo o fluxo de minério de ferro no interior do Brasil. Essa iniciativa reflete diretamente em Barra Mansa, pois a expectativa de geração de emprego na readequação da antiga malha ferroviária existente atrai, mais uma vez, um grande contingente de trabalhadores em busca de uma melhor qualidade de vida. Esses, por sua vez, passam a ocupar os arredores dos galpões de oficinas ferroviárias, áreas periféricas e de encostas, onde o valor da terra era mais barato (Fig. 7). Dessa forma, a década de 1970 assinala um novo momento de crescimento econômico e urbano da cidade: a precarização da moradia e ocupação de encostas com favelas.

Figura 7– Bairro Nove de Abril, 2011



Fonte:Foto de Marcos Neves. Disponível em: Google Maps. Acesso em: 26 jun. 2016

A expansão da CSN resultou no crescimento populacional de Barra Mansa e Volta Redonda, provocando a conurbação dos dois municípios (ver fig. 2), sem um adequado planejamento urbano capaz de gerir de forma eficiente a expansão dos tecidos urbanos, o que resulta na formação de áreas e regiões sem a infraestrutura básica e sem os serviços urbanos que garantem qualidade de vida (ver fig. 5, 6 e 7) .

A expansão da CSN se encerra ao findar da década de 1970 e a crise econômica nacional gera uma queda na oferta de emprego em todos os setores. Em Barra Mansa, os setores industrial e comercial foram os mais afetados (DE PAULA, 2009). Os investimentos em infraestrutura e planejamento das cidades por parte do estado, passaram a ser mais comedidos e a população já instalada no município tivera que se adaptar aos novos tempos:

onde se tentava viver segundo os moldes da mais moderna cultura capitalista. [...]. Deixados à revelia, os pobres se viram mesmo muito ocupados com os problemas prementes que diziam respeito à sua sobrevivência e, por extensão, ao processo de urbanização. Tiveram de enfrentar como puderam a necessidade de inventar empregos, lugares de moradia, transporte, saneamento, opções de lazer. Não se saíram tão mal: mantiveram vivas áreas centrais, desprezadas por ocupantes anteriores; construíram, de qualquer maneira, favelas em sítios impossíveis e proibidos; foram para periferias [...]. Agora, porém, já vieram quase todos. Se antes havia fantasias quanto ao nirvana urbano e ao encontro com o progresso, a dureza da vida já cuidou de dissipá-las, pois não há mais outro lugar para ir (SANTOS, 1988 p.17,).

Conforme destaca Santos (1988), a partir da década de 1980 observa-se o início de uma estabilização demográfica (fig. 8), que mais uma vez acompanha o processo econômico vigente, pois nesse período ocorre uma estabilização no crescimento industrial.

Figura 8– Evolução demográfica de Barra Mansa.

Evolução Demográfica de Barra Mansa									
Anos	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2015
População	23.345	70.880	63.814	101.688	146.750	172.216	170.753	177.813	179.915

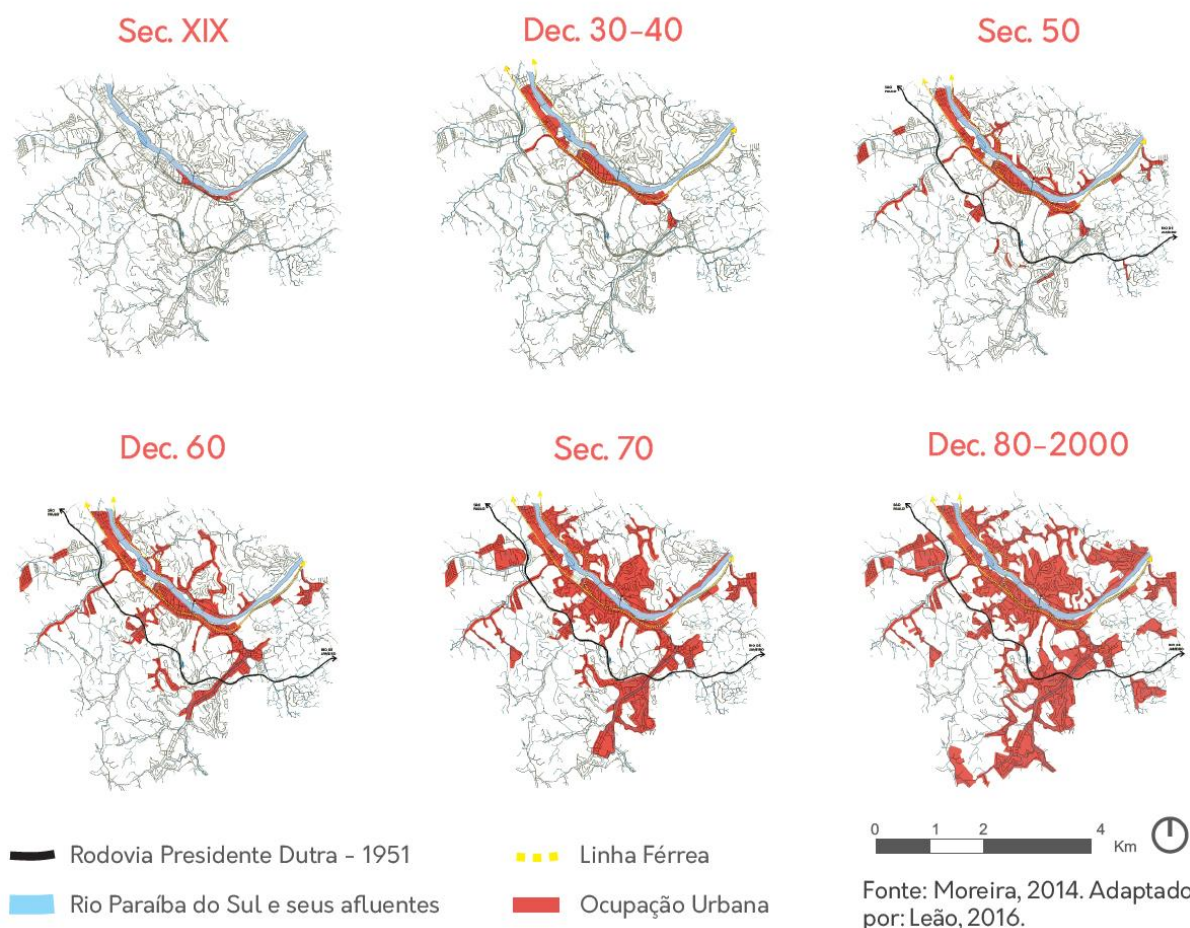
Fonte: IBGE, 2016. Elaborado por Leão, 2016

Percebemos, com o quantitativos da mancha de ocupação territorial apresentada acima, que a evolução demográfica acompanha as diferentes fases econômicas da cidade, e que em dois momentos distintos houve uma queda demográfica, em 1960, devido a emancipação de Volta Redonda; e em 2000, reflexo da emancipação do distrito de Quatis.

No entanto, a desestabilização urbana e de seu planejamento já se encontrava instaurados, fruto de um processo iniciado na década de 1930. No período que compreende do início ao auge da industrialização, Barra Mansa passa por rápida expansão territorial sem um planejamento responsável, surgindo, assim, ocupações irregulares, loteamentos

clandestinos, que contribuem para a consolidação das aglomerações urbanas nas periferias distantes do centro (Fig. 9).

Figura 9: Transformação da Mancha Urbana.



Fonte: Moreira, 2014. Adaptado por: Leão, 2016

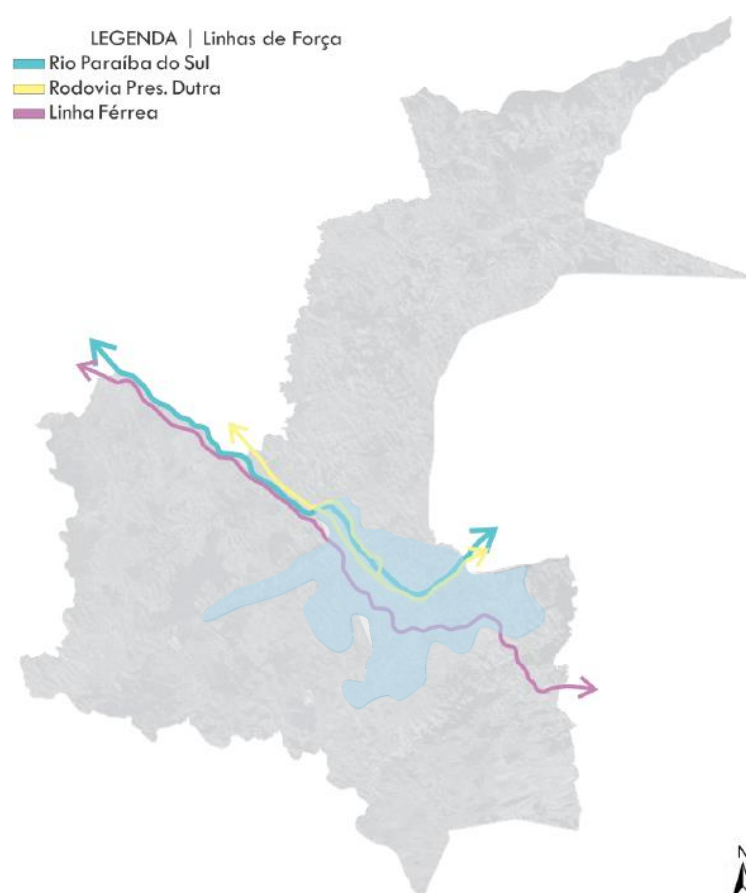
Um fator importante deste período, em âmbito nacional, que reflete diretamente no município, é a promulgação da Constituição Federal de 1988, resultando na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do Município, em 1992. Mesmo não sendo implementado em sua totalidade, o PDDU marca o início da preocupação do poder público em redescobrir e ressaltar os valores originais que constituem Barra Mansa como cidade, iniciando uma busca pelas características históricas, culturais e urbanísticas relevantes para o município e região, com o intuito de reascender sua força perante a competitividade regional (MOREIRA, 2014). A privatização da CSN, no início dos anos 1990, e o crescimento industrial nas cidades vizinhas a Barra Mansa, como Resende e Porto Real, leva os trabalhadores a buscarem empregos nessas novas centralidades.

Com a virada do século, emerge uma nova forma de pensar os espaços urbanos no Brasil. O Estado, com a promulgação do Estatuto da Cidade (2001) e a criação do Ministério das Cidades (2003), passa a dar suporte aos municípios para a criação de Planos Diretores Participativos. Sob essa égide, Barra Mansa organiza seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDU) em 2006, conferindo uma maior reflexão a respeito dos

problemas urbanos, com o intuito de junto a população, traçar estratégias de planejamento e desenvolvimento. Todavia, constatamos que desde sua promulgação em 2006, ainda não se percebe de forma clara o seu efetivo reatamento no melhoramento do espaço urbano. O Plano Diretor do município, conceitualmente se apresenta assertivo em suas estratégias, programas e diretrizes, entretanto ao analisarmos sua implementação e execução, percebemos que as ações voltadas para amenizar e/ou sanar os problemas urbanos, principalmente os que afetam os espaços periurbanos, são relegados ao segundo plano.

Cruzando as informações obtidas através da revisão bibliográfica, com a análise dos mapas da transformação da mancha urbana do município (fig. 8), identificamos três elementos como linhas de força da expansão urbana: - Rio Paraíba do Sul, - Rodovia Presidente Dutra e a - Linha Férrea (fig. 10)

Figura 10: Linhas de Força da Expansão Urbana, e mancha urbana consolidada (em azul)



Elaborado por: Leão, 2016. Sem escala indicada.

A mancha urbana do município é atravessada longitudinalmente pelos três elementos de linha de força da expansão urbana, dentre eles destacamos a Linha de Força do Rio Paraíba do Sul como uma grande potencialidade paisagística, que, mesmo estando com suas várzeas “sufocadas” pelos assentamentos irregulares e desvalorizadas pela falta de tratamento adequado por parte do poder público, representa ainda um respiro na cidade. Acreditamos que com uma gestão adequada, a população possa ter nas margens do rio, uma

opção de espaço público livre qualificado. Assim, se mostra necessária a introdução de uma nova cultura de organização territorial, essa, pautada na gestão consciente e sustentável dos recursos naturais, bem como em um tratamento novo e imaginativo dos vazios urbanos e da paisagem. Buscando dessa forma a criação e conservação de um ambiente social integrador, em que a população se identifique com a cidade, garantindo o direito máximo da Constituição de 1988, reafirmado pelo estatuto da cidade de 2011, o direito a cidade.

CONCLUSÃO

A Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense é portadora de uma rica história, que expressa os diferentes paradigmas de desenvolvimento adotados na elaboração de políticas públicas e privadas visando o desenvolvimento, em um primeiro momento regional/nacional, e em um segundo momento buscando o desenvolvimento local, nesse caso, o desenvolvimento municipal. Destaca-se, portanto, a necessidade de políticas e estratégias de desenvolvimento que extrapolem os limites geográficos, que impulsionem a colaboração entre os variados atores econômicos e sociais, estabelecendo um ambiente propício à trocas de conhecimento e capital social.

Podemos verificar, pelo contexto histórico analisado, que o espaço urbano é produto e produtor dos modos de produção, como afirma Lefebvre. Barra Mansa passou por diversas transformações que acompanharam os períodos econômicos, políticos e sociais da cidade. A rápida industrialização trouxe um expressivo contingente de trabalhadores em busca de melhores condições de vida, o que contribuiu para uma rápida expansão de seu território. A análise da transformação da mancha urbana do município, permite entendermos melhor, como os elementos físicos e naturais foram determinantes na forma como a cidade respondeu aos processos aos quais passou da abolição da escravatura ao auge da industrialização, e que resultaram em sua estrutura morfológica e paisagística atual.

Torna-se perceptível, pelos dados analisados uma forte separação dos segmentos sociais e da coletividade, seja na população urbana e rural, seja em relação à renda propiciada pelo emprego nas indústrias. Além disso, uma forte ruptura entre o homem e o ambiente, em função da atração de novos contingentes populacionais. O primeiro deles pode ser explicado pela grande oferta de mão de obra e a incapacidade do setor industrial em absorver por completo, o que levou os recém-chegados a se estabelecerem nas margens da cidade, em condições de informalidade ou ilegalidade, nas zonas periféricas, e em áreas de risco. Nesse momento, a expansão do território não foi acompanhada da infraestrutura básica para oferecer aos cidadãos as condições mínimas de dignidade. A infraestrutura urbana, promovida pelas mãos do Estado, era sempre para atender às demandas dos processos industriais-econômicos e das áreas urbanas já consolidadas, sempre irradiando do Centro para as áreas periféricas. Essa falta de infraestrutura é, ainda hoje, um problema para uma parcela da população que ainda não possui a legalidade de suas moradias.

Já a segunda ruptura, entre o homem e o ambiente, se deu a medida em que a sociedade se torna insensível frente aos valores da paisagem, tanto pela falta de

pertencimento ao território, pois a grande massa que chegava ao município não conhecia o seu importante passado rural; quanto pela nova organização espacial que se consolidava no mesmo, voltada para os bens de consumo, buscando o desenvolvimento a qualquer preço, mesmo que isso interfira drasticamente no sistema biofísico do município. O que de fato ocorreu, principalmente as margens do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes, que foram assoreadas, e ocupadas por moradias irregulares, bem como os topos de morro.

Percebemos, tanto por meio das fontes primárias e secundárias, do estudo crítico do contexto histórico e da empiria com base em observações in loco, a relação entre os modos de produção e a análise do espaço produzido. Uma vez que a causalidade inicial das mazelas do município encontra sua gênese no modo de produção capitalista, e na rápida transição do rural para o urbano, sem o suporte assertivo do poder público. Ao analisarmos o processo histórico da formação do espaço urbano barramansense, percebemos que os bônus e os ônus do crescimento econômico da cidade não foram distribuídos igualmente no território, formando assim bairros abastados, cercados de infraestrutura em contraposição a áreas irregulares, sem saneamento básico, e principalmente sem o reconhecimento do Estado.

Atualmente, acredita-se que Barra Mansa passa por uma estagnação econômica. No entanto, em algumas regiões, em especial aquelas eleitas pela especulação imobiliária, a nova prática dos condomínios residenciais, e grandes lojas, marcam o início de uma nova transformação do espaço urbano.

Por fim, ressaltamos a validade e importância, bem como a necessidade de aprofundamento na metodologia empregada, afim de submetê-la a variados territórios, com o intuito de gerar bases para uma leitura assertiva do território. Dessa forma, espera-se contribuir para um planejamento urbano que privilegie, para além do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento humano-social.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; et al. Justiça Ambiental e Modelos de Desenvolvimento. In: *O que é Justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. Páginas 121 a 132.
- ATHAYDE, José Botelho de. *Barra Mansa e seus administradores*. Juiz de Fora: ESDEVA, 1971.
- BELLINGIERI, Júlio Cesar. Teorias do Desenvolvimento Regional: uma revisão bibliográfica. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XIX – V. 2 - N. 37 - Agosto de 2017 - Salvador, BA. p. 6 – 34.*
- BENTES, Júlio Cláudio da Gama. *O processo de dispersão urbana no Médio Paraíba Fluminense*. I Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, Dez. de 2010.

- BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. *Estudo sobre o conceito de região*. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatísticas Siegfried Emanuel Heuser, 1988.
- CARRIÓN, F. M. Espacio público: punto de partida para la alteridad. In: *Espacios públicos y construcción social. Hacía un ejercicio de ciudadanía*. Santiago: Ediciones SUR, p. 79-97, 2007.
- CEPERJ, 2012. *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro*. Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CEPERJ, 2012
- DE PAULA, Aloísio Lélis. *O papel da ferrovia na configuração do território de Barra Mansa-RJ*. Dissertação de Mestrado – Niterói: UFF-GEU, 2009.
- GORENSTEIN, Silvia. *Transformaciones territoriales contemporáneas. Desafíos del pensamiento latinoamericano*. In: EURE, vol 41, nº 122 – Janeiro de 2015. P. 5 – 26.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*. Rio de Janeiro: IBGE, 1963. (Coleção Setores da Evolução Fluminense, vol. 4).
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, 2006. Versão Original 1974.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *O que é urbano, no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG / Cedeplar, 2006
- MOREIRA, Andréa Auad. *Barra Mansa: Imagens e Identidades Urbanas*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2002.
- MOREIRA, Andréa Auad. *Paraíba do Sul: um rio, quatro cidades, um patrimônio socioambiental em questão*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2014.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.
- RIO DE JANEIRO, BARRA MANSA. Lei Complementar nº 48, 06 de Dezembro de 2006. *Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano do Município de Barra Mansa, sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e da outras providencias*. Notícia Oficial, Ano VI, nº 293, Barra Mansa, 2006.
- ROLNIK, Raquel. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). In: Maria Adélia A Souza; Sonia C. Lins; Maria do Pilar C. Santos; Murilo da Costa Santos. (Org.). *Metrópole e Globalização-Conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora CEDESP, 1999
- SALEN, Nikson. *250 Anos do Surgimento do Povoado de São Sebastião da Barra Mansa*. Barra Mansa: Gráfica e Editora Irmãos Drumond Ltda, 2014.

_____. (Org). *Antologia Histórica*. Barra Mansa: Gráfica Irmãos Drumond, 2016.

SILVA, Aline de Figueirôa; et al. Os Valores Patrimoniais da Paisagem Cultural: Uma Abordagem para o Processo de Intervenção. In: *Paisagem e Ambiente: ensaios*. São Paulo, n. 24, p. 297 – 308, 2007.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *A Cidade Como um Jogo de Cartas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: FEE, 2001.